

## A EDUCAÇÃO BÁSICA, NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO E AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Carlos Ryan silva de Araujo <sup>1</sup>  
Joelson Alves Soares <sup>2</sup>  
Brigida Emmanuelli Cidelino Andrade <sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

. O alunado nos dias atuais inseridos na educação básica sendo de instituições públicas ou particulares está cada vez apresentando dificuldades de aprendizagem, mas essas barreiras devem ser ultrapassadas para que os mesmos sejam avaliados e que apresentem meios e práticas para desenvolvê-los ou encaminha-los a profissionais competentes para diagnóstico preciso.

Muitos são os profissionais que em salas de aula, alunos com distúrbios de aprendizagem e os mesmos não tem conhecimento de tal problema e acaba prejudicando o discente, talvez tendo nas mãos o que poderia solucionar ou encaminhar para outros órgãos. Outro grande fato entre a educação básica são os alunos especiais inseridos nas escolas regulares e os profissionais que os recebem não tem nenhuma formação profissional para receber o discente na instituição e muito menos não procura meios e práticas para se auto avaliar ou procurar uma formação continuada para se especializar na área que está sentindo dificuldade.

Todo educador e capaz de conseguir grandes avanços com os alunos com necessidades especiais, basta acreditar e buscar pratica lúdicas e adaptadas para o processo de ensino aprendizagem e a respeito da avaliação tem que ser renovada, atrativa, adaptada e contextualizada. A educação inclusiva foi inserida nas escolas regulares, a pouco tempo, pois

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de de Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA, Segunda licenciatura em LETRAS pela universidade Internacional-UNNINTER, Psicopedagogo pela universidade Candido Mendes, Especialista em Educação Especial e AEE pela universidade Candido Mendes e Pós-graduando em Libras no Instituto Federal da Paraíba-IFPB [carlosryansilva22@email.com](mailto:carlosryansilva22@email.com)

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de Licenciatura Plena em Ciências da Educação da Universidade Estadual da Paraíba-PB, [joelson.alves876@hotmail.com](mailto:joelson.alves876@hotmail.com)

<sup>3</sup> Graduada do curso de Serviço Social pela Universidade Norte (UNOPAR)do paraná na cidade de Patos-PB, [emmanuellimanu@gmail.com](mailto:emmanuellimanu@gmail.com);

os profissionais que não estavam preparados para receber os alunos com diversas especialidades em seu processo de aprendizagem.

### **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A mesma será aprofundada em pesquisas em meios educacionais por professores da rede pública e privada reconhecer as salas de AEE e encaminhar as crianças que apresentam diagnósticos de especialidades recebem atendimento especializado e observar o desenvolvimento dos alunos, e como os mesmos tem se saído neste processo. Além desta fonte será bibliográfico com estudos relacionados a área e seu desenvolvimento a cada dia.

Sera realizado com entrevistas pessoais ou por via telefonica para levantamento e tabulação de dados para aprofundarmos com clareza e fatos atuais diante da pesquisa.

### **REFERENCIAL TEÓRICO**

O atual Decreto não causará retrocesso à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), porque o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis está garantido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006, sancionada no Brasil com status de Emenda Constitucional pelos Decretos nº. 186/2008 e nº. 6.949/2009.

Deste modo, percebe-se que a educação inclusiva especial foi amplamente discutida durante a Conferência Nacional de Educação – CONAE/2010, sendo que em um Documento Final, determinou que a educação especial tem como desígnio garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular. Este comunicado dirige as normas de educação para garantir o acesso ao ensino comum, a informação, a aprendizagem e a assiduidade nos níveis mais altos de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; conhecimento da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2010, p. 132-134)

A Educação Especial como modalidade não substitutiva uma escolarização contribuída, preferencialmente, na rede regular de todo o ensino. Os estudos atualizados no campo da educação especial aconselham que o uso de classificações não se consume na mera categorização cominada a condição de deficiência, já que as pessoas se alterar-se consecutivamente e modificar-se o contexto onde se implantam. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), em seu art.1º.

[...] a deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Adaptar-se nesse argumento, uma ruptura com o exemplo de educação especial substitutiva ao ensino regular, que conduz aos discentes acatados não adequadas às categorias e escolas características, separando-os dos demais. Considerando a seriedade de envolventes heterogêneos para a aprendizagem e medidas adequadas de apoio para a inclusão escolar, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), define:

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos, serviços e o atendimento educacional especializado, de forma complementar ou suplementar à escolarização, aos estudantes público alvo da educação especial.

O Decreto nº 7.611/2011 não busca a autoridade anterior de educação especial substitutiva à escolaridade no ensino regular, sustentando o estilo integrante, adicional e colateral desta modalidade, ao colocar no campo dos serviços de adesão à escolarização, em seu art.2º:

A Educação Especial deve garantir os serviços de apoio especializados voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Nesta senda, sabemos que a modalidade de Educação Especial é parte integrante do ensino regular, portanto não se compõe em sistema paralelo de educação.

No ano de 2008 com implantação das salas de recursos multifuncionais nas referidas escolas, teve-se um grande apoio para a inclusão e a orientação dos profissionais nas instituições, criando um elo de renovação das práticas pedagógicas, pois a inclusão não veio apenas para alunos especiais, mas para toda a escola em si quebrando todas as barreiras arquitetônicas e atitudinais, pois é um grande problema que atualmente precisa ser vencida. A sala de recursos multifuncionais conhecidas como (AEE) Atendimento educacional

especializado visa atender o aluno em horário oposto da escola regular e é oferecido nas redes públicas e estaduais de ensino a todas as crianças que são diagnosticadas com alguma necessidade ou distúrbio de aprendizagem favorecendo uma atividade diferenciada da escola básica.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica no Art.2, afirma a função das salas de Atendimento educacional especializado:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio de disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009.pág: 302).

O mesmo ressalta que o atendimento vem auxiliar o professor em suas estratégias e metodologias e trazer para os alunos suporte referente ao ensino aprendizagem quebrando as barreiras do preconceito da sociedade e pais e responsáveis das referidas instituições de ensino.

O referido atendimento é oferecido gratuitamente em todo sistema de ensino público, as salas são acompanhadas por profissionais capacitados para tal função como afirma Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica no art.2 “ para atuação do AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica pra a educação especial, (pág.304)”, então tal afirmação mostra que o exercício dos profissionais e suas formações tem que ser de qualidade para tal atuação.

O atendimento educacional especializado é oferecido para todos os alunos da escola onde é oferecido, da mesma forma para demais alunos de outras instituições próximas à referida escola onde não e oferecido o atendimento, e de inteira responsabilidade e obrigatoriamente para a instituição receber esses alunos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como se trata de uma pesquisa em andamento, esperamos que com esse estudo, possamos obter dados que reflitam sobre a Educação Básica, na Perspectiva da Inclusão e as Salas de Recursos Multifuncionais.

Procuramos com este estudo, investigar sobre o atendimento educacional especializado nas salas de recursos e os alunos atendidos. Esperamos que com a amostra dos

resultados, possamos auxiliar o crescimento das salas especializadas onde ainda não existem em cidades que ainda não conhece, podendo contribuir para a melhoria e divulgação deste trabalho.

Mediante coleta de dados para conhecer o problema em estudo, será aplicado um questionário como um instrumento de pesquisa. Com desígnio de chegar a um propósito e adquirir conhecimento sobre o assunto abordado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do presente trabalho é possível afirmar que o atendimento educacional e tanto as salas multifuncionais possam crescer e trazer para os alunos especiais para complementar e suplementar a sua educação. Assim, além de trazer melhorias para o meio educacional, ele cria um vínculo com os alunos, professores e família.

O papel do professor do atendimento educacional especializado e das salas multifuncionais é criar um vínculo, ou seja, parceria para que o seu trabalho de integrar suas habilidades e competências para que seja um total responsável por seus hábitos familiares e sua vida diária.

Assim, podemos afirmar que para exercer esta nova profissão tão importante atualmente, é de suma importância à formação especializada, cursos de capacitação e averiguação do seu desempenho, pois como vimos são inúmeras as competências para os professores atuantes nessas áreas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Volume único. Brasília: MEC/SEB, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa. Currículo na Perspectiva da Inclusão e da Diversidade:**

**As diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o ciclo de Alfabetização.** Caderno 01. Brasília: MEC/SEB, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Sala de recursos multifuncionais: Espaço para atendimento educacional especializado.** Brasília: MEC/SEB, 2006.

CARVALHO, Adler Rosita. **Educação inclusiva: com pingos nos ‘is’.** 5ª Edição, Porto Alegre, Editora Mediação, 2007.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil observação, adequação e inclusão.** Ministério da Educação. 1ª Ed. São Paulo: 2012.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília, DF: MEC, 2010.

SILUK, Ana Claudia pavão. **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica-AEE.** Secretaria De Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Universidade Federal De Santa Maria, 1ª Edição, Santa Maria: UFSM, Laboratório de pesquisa e documentação, 2012.

SILUK, Ana Claudia pavão. **Atendimento Educacional Especializado: Processos de aprendizagem na universidade-AEE. Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, universidade federal de santa maria,** 1ª Edição, Santa Maria: UFSM, Laboratório de pesquisa e documentação, 2012.